



GOVERNO DE SERGIPE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Concurso Público para provimento de cargos de

Procurador do Estado de 2ª classe

Prova Cargo A01, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos 1

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue ao fiscal seu Caderno e receba a Folha de Anotação de Gabarito.
- Transcreva suas respostas para a Folha de Anotação de Gabarito.
- Ao término da transcrição entregue sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Maior/2005

020101

DIREITO CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL

1. Consideradas as classificações das Constituições segundo os critérios de estabilidade e modo de elaboração, tem-se, respectivamente, que a Constituição brasileira de 1988 é
 - (A) histórica e formal.
 - (B) sintética e escrita.
 - (C) analítica e flexível.
 - (D) rígida e dogmática.
 - (E) material e semi-flexível.

2. *“Poderia acontecer que algum cidadão, nos negócios públicos, violasse os direitos do povo e cometesse crimes que os magistrados estabelecidos não soubessem ou não quisessem castigar. Mas, em geral, o poder legislativo não pode julgar; e o pode menos ainda neste caso particular, onde ele representa a parte interessada, que é o povo. Logo, ele só pode ser acusador. Mas diante de quem fará a acusação? Irá rebaixar-se diante dos tribunais da lei, que lhe são inferiores e compostos, aliás, de pessoas que, sendo do povo como ele, seriam levadas pela autoridade de tão grande acusador? Não: é preciso, para conservar a dignidade do povo e a segurança do particular, que a parte legislativa do povo faça a acusação perante a parte legislativa dos nobres, que não tem os mesmos interesses, nem as mesmas paixões que ela.”*
 (MONTESQUIEU. *O espírito das Leis*. Livro XI, cap. VI)
 O mecanismo acima descrito cuida de hipótese em que o Poder Legislativo
 - (A) atipicamente exerce função jurisdicional, em situação compatível com o princípio da separação de poderes.
 - (B) tipicamente exerce função legislativa, através da qual contém o exercício do poder pelos órgãos executivo e judiciário.
 - (C) extrapola do exercício de suas funções típicas, em prática incompatível com o princípio da separação de poderes.
 - (D) atipicamente exerce função executiva, consistente na aplicação de lei ao caso concreto sob circunstâncias especiais.
 - (E) exerce poder soberano em relação ao órgão executivo, sujeita, porém, sua decisão à aprovação do órgão judiciário.

3. Prevê o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição do Estado de Sergipe que “a revisão da Constituição estadual será realizada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, imediatamente após a revisão de que trata o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”. A revisão, na Constituição federal, está prevista, nos termos deste dispositivo, para ocorrer 5 anos após sua promulgação.
 A revisão prevista no art. 54 do ADCT da Constituição estadual é
 - (A) incompatível com a Constituição federal, pois esta veda expressamente ao Estado proceder à revisão constitucional, sendo autorizada apenas sua reforma.
 - (B) expressão do poder constituinte decorrente, que impõe os limites à atuação do poder de reforma da Constituição, por ser inicial, ilimitado e incondicionado.
 - (C) hipótese de manifestação especial do poder de reforma da Constituição, à qual se impõe condição temporal inexistente para o procedimento usual de reforma.
 - (D) incompatível com a Constituição federal, pois a revisão constitucional nesta exige maioria qualificada de três quintos, mais ampla do que a maioria simples.
 - (E) incompatível com a Constituição federal, por se tratar de regra relativa ao exercício do poder constituinte derivado não cabível na Constituição estadual.

4. Deputado Estadual apresenta à Assembleia Legislativa projeto de lei complementar com vistas a introduzir alterações no regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado. Após discussão e votação, o projeto é aprovado por maioria absoluta e encaminhado à sanção governamental. Decorridos quinze dias do recebimento do projeto pelo Governador, este permanecendo silente, o Presidente da Assembleia promulga a lei ordinária, que, na sequência, é publicada e entra em vigor. Considerada a disciplina do processo legislativo na Constituição estadual, a lei em questão é
 - (A) materialmente inconstitucional, por não ter decorrido o prazo previsto para sanção tácita, antes da promulgação da lei.
 - (B) formalmente inconstitucional, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.
 - (C) materialmente inconstitucional, por não se tratar de matéria reservada à lei complementar.
 - (D) formalmente inconstitucional, por insuficiência de quorum para aprovação do projeto na Assembleia.
 - (E) formal e materialmente constitucional, pois eventuais vícios de forma se convalidam com a promulgação.

5. Proposta de emenda à Constituição tendo por objeto o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro prevê, dentre outras alterações, que o controle de omissões passaria a ser feito da seguinte maneira:

“A requerimento do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos Governadores de Estado, o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade por omissão de medidas legislativas necessárias para tornar efetivas as normas constitucionais, dando disso conhecimento ao órgão legislativo competente, para adoção das providências cabíveis.”

Comparativamente à ação direta de inconstitucionalidade por omissão prevista na Constituição brasileira vigente, o mecanismo contido na referida proposta possui

 - (A) menor rol de legitimados para sua propositura, porém maior campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
 - (B) maior rol de legitimados para sua propositura, porém menor campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
 - (C) igual rol de legitimados para sua propositura e igual campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
 - (D) maior rol de legitimados para sua propositura e maior campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
 - (E) menor rol de legitimados para sua propositura e menor campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.

6. Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual
 - (A) é vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar (art. 17, § 4º).
 - (B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (art. 5º, II).
 - (C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (art. 5º, XIII).
 - (D) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção em face da automação, na forma da lei (art. 7º, XXVII).
 - (E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, nela ninguém podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo nos casos previstos na Constituição (art. 5º, XI).

7. Relativamente à concessão e permissão para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, é INCORRETO afirmar que (A) o ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. (B) a não-renovação dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos dos membros do Congresso Nacional, em votação nominal. (C) o prazo será de 10 anos para as emissoras de rádio e de 15 anos para as emissoras de televisão. (D) o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. (E) o Congresso Nacional apreciará o ato de outorga em 60 dias do recebimento da mensagem enviada pelo Executivo, prorrogáveis por igual período.	10. Proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República com vistas a transferir da União para os Estados a competência privativa para legislar sobre propaganda comercial é aprovada na Câmara dos Deputados, sendo, contudo, rejeitada no Senado Federal. Nova proposta de Emenda à Constituição que tivesse por objeto a mesma matéria (A) poderia ser apresentada ao Congresso Nacional, desde que mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer de suas Casas. (B) dependeria de iniciativa de mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados da federação, por se tratar de matéria afeita a seus interesses. (C) somente poderia ser apresentada na sessão legislativa seguinte àquela em que foi rejeitada a proposta inicial. (D) deveria ser apresentada diretamente ao Senado Federal e, se este a aprovasse, ser promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. (E) não poderia ser objeto de deliberação, por ser tendente a abolir a forma federativa de Estado e a separação de poderes.
8. São feitas, a seguir, três afirmações sobre política agrícola e fundiária e reforma agrária na Constituição Federal: I. A observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores são requisitos simultâneos para o cumprimento da função social da propriedade rural. II. O proprietário de imóvel rural desapropriado para fins de reforma agrária fará jus à prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do ano subsequente ao de sua emissão. III. A alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares, para fins de reforma agrária, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. SOMENTE está correto o que se afirma em (A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.	11. A Lei nº 9.099/95, que disciplina criação, funcionamento e processo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê em seu artigo 90 que “as disposições desta Lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada”. Em sede de julgamento de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o artigo em questão, o Supremo Tribunal Federal concedeu em parte a medida pleiteada, para excluir com eficácia <i>ex tunc</i>, da norma constante do referido dispositivo legal, “o sentido que impeça a aplicação de normas de direito penal, com conteúdo mais favorável ao réu, aos processos penais com instrução iniciada à época da vigência desse diploma legislativo” (ADIN 1719-9, Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, fev. 1998). Nesse caso, o Supremo Tribunal Federal procedeu à (A) declaração de constitucionalidade da norma impugnada, com redução de seu texto, para produzir efeitos retroativos à publicação da Lei nº 9.099/95. (B) integração da norma constante do dispositivo legal impugnado à Constituição, atribuindo-lhe <i>status</i> constitucional, desde a entrada em vigor da aludida lei. (C) declaração parcial de inconstitucionalidade do dispositivo legal impugnado, sem redução de seu texto, para produzir efeitos a partir da publicação da decisão. (D) recepção, pela Constituição, do dispositivo legal impugnado, sem redução de seu texto, retroativamente à data de publicação da Lei nº 9.099/95. (E) interpretação conforme à Constituição, compatibilizando com esta o dispositivo legal impugnado, através da redução de seu alcance, mas não de seu texto.
9. O Presidente de uma Associação de Amigos de Bairro, legalmente constituída e em funcionamento desde janeiro de 2003, ao participar de manifestação contrária à decisão do Poder Executivo local de propor a alteração do zoneamento urbano municipal, foi detido por Delegado de Polícia ali presente, sob a alegação de prática de incitação ao crime e desacato. Diante dessa situação, observada a legitimação ativa adequada para a espécie e com vistas ao desfazimento do ato da autoridade policial, seria possível a impetração de (A) mandado de injunção. (B) <i>habeas corpus</i>. (C) mandado de segurança coletivo. (D) <i>habeas data</i>. (E) ação civil pública.	12. Dentre os membros do Conselho Nacional de Justiça, (A) o Ministro do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal. (B) um desembargador de Tribunal de Justiça e um juiz estadual serão indicados pelo Superior Tribunal de Justiça. (C) os originários do Poder Judiciário serão nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal. (D) dois quintos serão indicados por órgãos ou entidades não integrantes do Poder Judiciário, observadas as regras estabelecidas para tanto na Constituição. (E) os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho terão mandatos de dois anos, vedada sua recondução.

13. Tratado internacional versando sobre o exercício da liberdade de crença e culto religioso é celebrado pelo Presidente da República, sendo posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, em cada uma de suas Casas, em dois turnos, pelo voto de três quintos de seus respectivos membros. Nessa hipótese, referido tratado internacional será (A) considerado norma supraconstitucional, não sujeito, portanto, a controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário. (B) equivalente a uma emenda constitucional, submetendo-se a controle de constitucionalidade perante o Poder Judiciário. (C) equiparado à lei complementar, hierarquicamente superior à lei ordinária, porém inferior às normas constitucionais. (D) considerado norma infraconstitucional, equivalente à lei ordinária, não sujeito, contudo, a controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário. (E) formalmente incompatível com a Constituição federal, que prevê procedimento diverso para a celebração e aprovação de tratados pelo Congresso Nacional.	15. A decretação de intervenção da União em um dos Estados da federação dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese de (A) recusa à execução de lei federal. (B) obstáculo ao livre exercício de qualquer dos Poderes do Estado. (C) desobediência a ordem ou decisão judiciária. (D) grave comprometimento da ordem pública. (E) não pagamento, por 2 anos consecutivos, da dívida fundada.
14. Em Estado constituído sob a forma de República presidencialista e regime democrático, grupos guerrilheiros nacionais promovem atentado na posse do novo Presidente da República, deixando centenas de mortos e feridos. Com vistas a combater a atuação de referidos grupos, o Presidente da República decreta estado de exceção, com prazo de vigência de 90 dias, prorrogável por mais dois períodos de até 90 dias cada. Por meio do Decreto que instaura o estado de exceção, suspendem-se temporariamente algumas garantias constitucionais, permitindo-se a detenção de pessoas ou a realização de buscas sem mandados judiciais, a requisição de bens e a interceptação de conversas telefônicas. Imaginando que situação semelhante ocorresse no Brasil, o Presidente da República poderia (A) solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar estado de defesa, por prazo não superior a trinta dias, prorrogável por iguais períodos, até o restabelecimento da normalidade da situação. (B) solicitar autorização dos Conselhos da República e de Defesa Nacional para decretar estado de sítio, por todo o tempo que perdurasse a situação de anormalidade. (C) solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar estado de sítio, podendo determinar que fossem tomadas as mesmas medidas restritivas de garantias de direitos fundamentais. (D) decretar estado de defesa, ouvidos os Conselhos da República e de Defesa Nacional, estabelecendo as mesmas restrições às garantias constitucionais de direitos fundamentais. (E) decretar estado de sítio, por tempo indeterminado, após oitiva do Congresso Nacional, sendo vedado, contudo, estabelecer restrições relativas ao sigilo das comunicações telefônicas.	16. De acordo com as normas constitucionais e legais vigentes sobre a matéria, o prévio licenciamento ambiental de obras e atividades apenas é obrigatório (A) se houver possibilidade de significativa degradação ao meio ambiente, caso em que deverá ser acompanhado de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). (B) se houver possibilidade de significativa degradação ao meio ambiente, sendo opcional a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). (C) nos casos em que as obras e atividades sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ainda que a degradação não seja significativa, devendo ser acompanhado de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). (D) nos casos em que as obras e atividades sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, devendo ser acompanhado de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apenas na hipótese de a degradação ser significativa. (E) nos casos em que as obras e atividades sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, cabendo ao órgão licenciador definir, discricionariamente, se o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é necessário ou não. 17. A criação de Unidades de Conservação compete (A) apenas à União Federal, necessariamente por meio de lei, em razão de sua competência para expedir normas gerais sobre a proteção do meio ambiente. (B) apenas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, necessariamente por meio de lei, atendendo às exigências que constarem de lei federal editada no exercício da competência da União de expedir normas gerais sobre a proteção do meio ambiente. (C) apenas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio de ato administrativo editado em razão da competência material comum para proteção do meio ambiente. (D) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, indistintamente, necessariamente por meio de lei do respectivo nível federativo, editada de acordo com as regras aplicáveis ao exercício das competências concorrentes. (E) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, indistintamente, por meio de ato administrativo editado em razão da competência material comum para proteção do meio ambiente.

18. Três indústrias estão instaladas ao longo de um mesmo rio. A primeira, localizada rio acima (a montante), e a segunda, localizada em ponto intermediário, expõem no rio substâncias poluentes em níveis de emissão tolerados pelas normas administrativas pertinentes. A terceira, localizada em ponto mais abaixo do rio (a jusante), também deságua no rio substância poluente da mesma espécie das anteriores, em níveis de emissão igualmente tolerados pelas normas administrativas pertinentes. Porém, com a emissão da terceira indústria, o rio passa a apresentar níveis de concentração da substância poluente superiores aos permitidos. Nessa situação, (A) a emissão de poluentes não se enquadra no conceito jurídico de poluição. (B) a terceira indústria passa automaticamente a estar proibida de jogar substâncias poluentes no rio, por força do princípio da precaução. (C) as três indústrias respondem solidariamente pelos danos causados ao meio ambiente, independentemente de não terem concorrido, individualmente, com culpa para o resultado danoso. (D) apenas a terceira indústria responde civilmente pelos danos causados ao meio ambiente, porque as outras duas não se enquadram no conceito jurídico de poluidor. (E) inexistiu dano ambiental, porque cada uma das três indústrias observou rigorosamente as normas administrativas relativas à emissão de poluentes.	22. As servidões administrativas têm como característica, que as diferencia das demais formas de intervenção no direito de propriedade, (A) a retirada do caráter absoluto da propriedade, mediante a imposição de restrições ao proprietário. (B) a imposição de deveres de caráter positivo, obrigando o proprietário a exercer seu direito na maneira definida pela lei. (C) a possibilidade de serem instituídas tanto pela lei, diretamente, quanto por ato administrativo. (D) a sua instituição em favor de outro imóvel, denominado prédio dominante. (E) a obrigação do proprietário de suportar determinados ônus, decorrentes da utilização do imóvel pela Administração.
DIREITO ADMINISTRATIVO 19. É matéria que se submete à competência legislativa privativa da União Federal: (A) a desapropriação. (B) a licitação. (C) as concessões de serviços públicos. (D) o regime jurídico dos servidores públicos. (E) a polícia urbanística.	23. Determinada pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade, não empresária e sem fins lucrativos, tem como objeto principal a prática de atividades de defesa do meio ambiente. Seu estatuto não prevê a existência de conselho de administração, mas prevê a existência de conselho fiscal, com atribuição de opinar sobre as demonstrações financeiras da entidade. Supondo existentes os demais requisitos legais, essa pessoa jurídica poderá qualificar-se como organização (A) social, mas não como organização da sociedade civil de interesse público. (B) da sociedade civil de interesse público, mas não como organização social. (C) social e como organização da sociedade civil de interesse público, simultaneamente. (D) social e como organização da sociedade civil de interesse público, embora não simultaneamente. (E) social e como organização da sociedade civil de interesse público, desde que sua personalidade jurídica seja de direito público.
20. Sobre o poder normativo da Administração, é correto afirmar que (A) é deferido a entidades da Administração Direta e Indireta, nos limites das suas respectivas competências. (B) pode se manifestar em caráter originário, mesmo que contra a lei. (C) seu exercício representa legítima delegação de competência legislativa à Administração. (D) se resume ao poder regulamentar previsto no art. 84, IV, da Constituição Federal. (E) tem como titular o Presidente da República, que pode delegá-lo a outros níveis inferiores da federação.	24. A celebração de contratos de concessão de exploração de jazidas de petróleo e gás natural, entre a Agência Nacional de Petróleo e pessoas jurídicas de direito privado, consiste em modalidade de (A) intervenção do Estado no domínio econômico, definida pela regulação da exploração de monopólio público por particular. (B) concessão de serviço público, que passa a ser titularizado pelo particular por meio do contrato de concessão. (C) concessão de serviço público, titularizado pela União e executado por particular. (D) intervenção do Estado no domínio econômico, presente na prática de atos de fiscalização e controle. (E) exercício direto de atividade econômica pelo Estado, com fundamento no interesse nacional.
21. Em 30 de junho de 1999, o Governo do Estado editou decreto declarando determinado imóvel de utilidade pública, para fins de desapropriação. Até 30 de outubro de 2004, não havia proposto ação de desapropriação. A propositura dessa ação (A) pode ser feita a qualquer momento. (B) depende de novo decreto de utilidade pública, que pode ser editado a qualquer momento. (C) depende de novo decreto de utilidade pública, que apenas poderá ser editado a partir de 30 de junho de 2005. (D) depende de novo decreto de utilidade pública, que apenas poderá ser editado a partir de 30 de junho de 2006. (E) não é mais possível.	

25. Definido o poder de polícia administrativa como a atividade pública de condicionamento e limitação de direitos dos particulares, em nome do interesse público, é correto afirmar que (A) seu exercício decorre da supremacia geral deferida à Administração, o que permite a atividade policial à margem das competências legalmente atribuídas. (B) não compete às entidades da Administração Indireta exercer o poder de polícia, ainda que autorizadas legalmente. (C) sempre que o poder de polícia for exercido, ali estará também o interesse público, por conta da aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. (D) apenas pode esse poder ser exercido por pessoas jurídicas de direito público, por causa da sua incompatibilidade com o regime jurídico das pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração. (E) se manifesta em todas as atividades administrativas, mesmo nas áreas de fomento e de intervenção no domínio econômico.	28. Uma autoridade administrativa presenciou a prática de ato de subordinado seu, a configurar ilícito administrativo. Considerando-se que tal autoridade tem competência para aplicar ao subordinado a respectiva penalidade disciplinar, (A) deverá aplicá-la de imediato, sob pena de estar, por sua vez, praticando ato ilícito ao omitir-se na defesa do interesse público. (B) poderá aplicá-la de imediato, invocando o princípio da verdade sabida. (C) ainda assim deverá iniciar processo administrativo, tendente à aplicação da penalidade, em razão do princípio da inércia. (D) poderá aplicá-la de imediato, invocando o princípio da autotutela. (E) ainda assim deverá iniciar processo administrativo, tendente à aplicação da penalidade, em razão do princípio da ampla defesa.
26. Para a execução de obras de melhoria na rede de gás canalizado, previstas no edital da licitação correspondente e no contrato de concessão, é imprescindível que a empresa concessionária instale seu canteiro de obras em local adequado. Faz-se, para tanto, necessário desapropriar imóvel pertencente a particular. O contrato de concessão é omissivo a respeito do assunto. Nesta situação, a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação compete (A) ao Poder Concedente, que poderá optar por promover a desapropriação diretamente ou outorgar os poderes correspondentes à concessionária. (B) ao Poder Concedente, que poderá delegar os poderes para efetuar a declaração à concessionária. (C) à concessionária, que deverá promover a desapropriação diretamente, às suas custas. (D) à concessionária, às expensas do Poder Concedente, cabendo a rescisão do contrato de concessão caso este se recuse a pagar as indenizações. (E) à concessionária, que poderá exigir a revisão das cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão, se o pagamento das indenizações gerar desequilíbrio contratual.	<u>Instruções:</u> Para responder às questões de número 29 a 31, considere a seguinte situação: <i>Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, por falha técnica em sua prestação, faz faltar o serviço a certos usuários. Estes, considerando-se prejudicados em seu direito de receberem o serviço, procuram partido político, que ajuíza mandado de segurança coletivo, com o objetivo de obter indenização, por parte da empresa concessionária, aos usuários lesados, garantindo-se, por ordem judicial, que não haja futuras interrupções no serviço em questão.</i> 29. O meio processual escolhido mostra-se (A) inadequado, posto não haver previsão de partido político como parte ativa de mandado de segurança coletivo, não se aplicando subsidiariamente as regras próprias da ação civil pública. (B) adequado, desde que a prova do direito alegado esteja pré-constituída e seja apresentada juntamente com a petição inicial. (C) inadequado, em face da natureza do pedido formulado. (D) adequado, desde que os usuários expressamente autorizem o partido político a agir em seu nome. (E) inadequado, posto não caber mandado de segurança contra ato praticado por particular.
27. A doutrina administrativista costuma afirmar que a Administração não pode revogar os atos administrativos vinculados. A razão adequada para tal afirmativa seria o fato de (A) a revogação desses atos poder ser feita apenas pelo Poder Judiciário. (B) não estarem presentes nos atos vinculados os aspectos de conveniência e oportunidade. (C) revestirem-se esses atos de presunção de legalidade. (D) revestirem-se esses atos de auto-executoriedade. (E) os atos vinculados serem atos que produzem efeitos imediatos, exaurindo-se de plano.	30. Independentemente da situação processual descrita, a hipótese narrada caracteriza situação em que a responsabilidade da empresa concessionária, por eventuais danos que tenha causado, é (A) subjetiva, por tratar-se de responsabilidade por omissão. (B) objetiva, pelo fato de a atividade da qual teriam resultado os danos ser serviço público. (C) subjetiva, por tratar-se de empresa privada. (D) objetiva, mas exige demonstração da culpa ou do dolo dos funcionários que alegadamente tenham causado os danos. (E) subjetiva, por envolver falha técnica no serviço.

31. Se, por causar danos, a empresa concessionária vier a ser condenada judicialmente a indenizá-los, eventuais bens públicos que estejam em seu poder para a prestação dos serviços públicos
- (A) poderão ser penhorados em processo de execução, posto tratar-se de execução contra empresa privada.
- (B) não poderão ser penhorados em processo de execução, posto vigorar quanto a eles o princípio da imprescritibilidade.
- (C) poderão ser penhorados em processo de execução, posto tratar-se de execução fundada em responsabilidade civil do Estado.
- (D) não poderão ser penhorados em processo de execução, posto não perderem *status* de bens públicos, além de estarem afetos ao serviço público.
- (E) poderão ser penhorados em processo de execução, posto ter havido sua desafetação.
32. Considere as seguintes hipóteses de contratações por parte da Administração Pública:
- I. contratação de empresa com notória especialização, para prestação de serviços técnicos de divulgação, no valor de R\$ 50.000,00, apontando a Administração a singularidade do serviço;
- II. contratação de obra, no valor de R\$ 25.000,00, por sociedade de economia mista;
- III. contratação, pela União, com o objetivo de intervir na economia para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- Essas são, respectivamente, em relação à licitação, hipóteses típicas de
- (A) convite, dispensa e dispensa.
- (B) inexigibilidade, convite e inexigibilidade.
- (C) inexigibilidade, dispensa e inexigibilidade.
- (D) dispensa, convite e dispensa.
- (E) convite, convite e dispensa.
33. NÃO constitui motivo para a rescisão unilateral de um contrato administrativo pela Administração Pública
- (A) a subcontratação parcial do objeto contratual, não prevista no edital de licitação.
- (B) a incorporação da empresa contratada por outra, não prevista no contrato.
- (C) a decretação de falência da empresa contratada.
- (D) o atraso injustificado no início da execução do contrato pela empresa contratada.
- (E) a supressão, por ato da Administração, de parte do objeto contratual, acarretando mudança no valor do contrato, desrespeitados os limites legais.
34. É elemento característico do regime da ação de improbidade administrativa estabelecido pela Lei nº 8.429/92
- (A) a competência privativa do Ministério Público para seu ajuizamento.
- (B) a possibilidade de resultar na aplicação de pena privativa de liberdade, desde que o mesmo fato já não tenha gerado condenação em processo penal.
- (C) a extensão de sua tutela a atos praticados por qualquer agente público, servidor ou não.
- (D) a possibilidade de resultar na aplicação de pena de perda de direitos políticos.
- (E) a transmissão das cominações da Lei ao sucessor *causa mortis* do réu, independentemente do valor da herança.

DIREITO TRIBUTÁRIO

35. Direito tributário é o conjunto de normas que
- (A) regula o destino dos valores arrecadados a título de tributo dentro da máquina do Estado.
- (B) regula o comportamento dos agentes públicos na condução orçamentária da Administração Pública Direta e Indireta.
- (C) regula o comportamento dos agentes públicos na condução orçamentária apenas da Administração Pública Direta.
- (D) regula o comportamento das pessoas de levar dinheiro aos cofres públicos.
- (E) compõem a Lei Orçamentária, a Lei Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
36. Sobre o conceito de tributo construído a partir da definição do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o tributo
- (A) pode constituir sanção de ato ilícito.
- (B) está submetido à reserva legal.
- (C) pode ser pago por intermédio de prestação de serviço de qualquer natureza.
- (D) deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente discricionária.
- (E) é toda prestação pecuniária facultativa.
37. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo
- (A) relevantes para qualificá-la apenas a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- (B) relevante para qualificá-la apenas a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- (C) relevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- (D) relevante para qualificá-la apenas a correta destinação do valor arrecadado.
- (E) irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
38. Um dos elementos que diferenciam as taxas das contribuições de melhoria é o fato de que as taxas
- (A) remuneram serviços públicos específicos e indivisíveis, ao passo que as contribuições de melhoria remuneram serviços públicos específicos e divisíveis.
- (B) não dizem respeito a nenhuma atividade estatal específica, ao passo que as contribuições de melhoria apresentam o atributo da referibilidade.
- (C) remuneram serviços públicos, ao passo que as contribuições de melhoria têm como contrapartida a realização de obras públicas e a conseqüente valorização imobiliária.
- (D) são cobradas pela prestação de serviços públicos, ainda que apenas postos à disposição do usuário, ao passo que o pagamento das contribuições de melhoria é facultativo.
- (E) remuneram serviços públicos, ao passo que as contribuições de melhoria têm como contrapartida apenas a valorização imobiliária.

39. A chamada “imunidade recíproca” que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, também é extensiva às (A) autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes. (B) sociedades de economia mista e às empresas públicas em qualquer hipótese de serviço praticado. (C) fundações mantidas pela iniciativa privada, sem fins lucrativos, abrangendo não só o seu patrimônio, renda ou serviços, mas também todos os fatos que não estejam vinculados a sua atividade fim. (D) pessoas que compõem a Administração Pública Indireta no que se refere exclusivamente ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados. (E) concessionárias de serviço público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de sua atividade econômica.	42. Na cisão de uma sociedade, com versão de todo o seu patrimônio para outras duas pessoas jurídicas preexistentes, a responsabilidade pelos débitos tributários da sociedade cindida, relativos a fatos geradores anteriores à data da operação, é imputável (A) apenas à pessoa jurídica para a qual for atribuído semelhante encargo no protocolo de cisão. (B) a cada uma das pessoas jurídicas que absorveu o patrimônio da sociedade cindida, em caráter solidário. (C) apenas aos sócios da sociedade cindida, em caráter solidário. (D) a cada uma das pessoas jurídicas incorporadoras, na proporção do patrimônio recebido, sem solidariedade entre si. (E) a cada uma das pessoas jurídicas incorporadoras, apenas na proporção do patrimônio recebido.
40. No que concerne à interpretação e à integração da legislação tributária, tal como tratadas pelo Código Tributário Nacional, é correto afirmar: (A) os princípios gerais de direito tributário deverão ser o primeiro instrumento a ser utilizado, pela autoridade competente, para aplicar a legislação tributária na ausência de disposição expressa. (B) deve-se interpretar literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de imunidades e isenções. (C) os princípios gerais de direito privado devem ser utilizados para a definição dos efeitos tributários dos institutos, conceitos e formas do direito privado. (D) a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal para definir ou limitar competências tributárias. (E) segundo o CTN não há nenhuma hipótese em que a norma tributária deva ser interpretada de forma literal.	43. Considere as seguintes proposições sobre crédito tributário: I. A constituição do crédito tributário, por intermédio do lançamento por declaração, não é ato privativo de autoridade administrativa. II. A tutela antecipada e a medida liminar concedidas em ação cautelar não são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. III. O pagamento de tributo, sujeito a lançamento por declaração, por si só já extingue o crédito tributário. Está correto o que se afirma em (A) I, II e III. (B) I e II, apenas. (C) I, apenas. (D) II, apenas. (E) III, apenas.
41. A obrigação tributária principal, segundo dispõe o Código Tributário Nacional, (A) é um vínculo jurídico que nasce com a ocorrência do fato gerador e somente tem por objeto o pagamento, pelo contribuinte, de uma prestação, o tributo, ao Estado. (B) compreende, além do tributo, a penalidade pecuniária. (C) é um vínculo jurídico que nasce com o lançamento válido. (D) pode ser afetada por circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade. (E) é um vínculo jurídico que nasce com o lançamento homologado pelo Estado.	44. Quanto ao direito do contribuinte à restituição de tributos pagos indevidamente, é correto afirmar que (A) o prazo de decadência do direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 10 (dez) anos contados da data da extinção do crédito tributário ou da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória. (B) a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem comprove haver efetuado, em nome próprio, seu recolhimento, independentemente de quem tenha assumido o respectivo encargo. (C) prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição. (D) o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo pago indevidamente ou a maior, não sendo tal direito, contudo, extensível à restituição de juros de mora e penalidades pecuniárias. (E) o CTN estabelece hipóteses de interrupção do prazo de prescrição para que o contribuinte possa recuperar tributo pago indevidamente.

45. Quanto à extinção do crédito tributário, considere as seguintes assertivas: I. Entre as modalidades de extinção do crédito tributário não está a consignação do pagamento. II. A lei pode estabelecer a forma e as condições para que a dação em pagamento em bens imóveis seja válida como modalidade de extinção do crédito tributário. III. É autorizada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, quando lhe for concedida liminar em mandado de segurança para tal finalidade. IV. Excluem o crédito tributário a isenção e a anistia, não sendo dispensado, todavia, o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente. Estão corretas (A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.	49. A respeito dos tributos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar: (A) Após a Emenda Constitucional nº 29, o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano pode ser exigido através de alíquotas progressivas desde que o Município possua plano diretor. (B) Na ausência do exercício do poder de tributar pelos Estados e pelos Municípios, a União poderá dispor, por intermédio de lei ordinária federal, sobre os tributos de competência dessas pessoas políticas. (C) Apesar de os impostos serem tributos não vinculados, os Estados poderão instituir adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição Federal, vinculado a um Fundo de Combate à Pobreza. (D) As taxas podem ter a mesma base de cálculo de imposto. (E) A contribuição de melhoria pode ser exigida antes do início da obra pública.
46. O prazo para a oposição dos embargos à execução será de (A) 30 dias contados da intimação da penhora. (B) 10 dias contados do recebimento do mandado de citação para pagamento ou para apresentação de penhora. (C) 30 dias contados da apresentação do bem à penhora. (D) 10 dias contados da juntada da prova de fiança bancária. (E) 10 dias contados da juntada do mandado de citação, nos autos do processo de execução, para pagamento ou para apresentação de penhora.	50. A obrigação tributária é principal e acessória, sendo que (A) pelo simples fato da sua inobservância, a obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária. (B) a obrigação principal sempre deverá ser cumprida (obrigatória), enquanto a obrigação acessória não precisa necessariamente ser cumprida pelo seu caráter puramente facultativo (acessório). (C) a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária o que não significa que o crédito dela (obrigação) decorrente também será extinto. (D) a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e este somente definido em norma infralegal. (E) o crédito tributário não decorre da obrigação principal porque não possui a mesma natureza desta.
47. No curso de processo de inventário, em que há litígio entre herdeiros, dois deles transacionam e um resolve transferir a outro a quota-parte ideal dos imóveis que lhe foram aquinhoados, em troca de valores mobiliários pertencentes ao espólio. Este evento (A) constitui fato gerador do imposto de transmissão de competência estadual. (B) constitui fato gerador do imposto de transmissão de competência municipal. (C) constitui fato gerador do imposto de transmissão de competência estadual e municipal cumulativamente. (D) não é passível de tributação. (E) será tributado, pelos impostos estadual e municipal, na ordem de preferência estabelecida em lei complementar.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL 51. São formas espontâneas de intervenção de terceiros: (A) a assistência e o chamamento ao processo. (B) a denunciação da lide e a assistência. (C) a oposição e a assistência. (D) a nomeação à autoria e a oposição. (E) a oposição e o chamamento ao processo.
48. Quando veículo automotor importado do estrangeiro é adquirido por pessoa física residente no País, (A) o IPVA incidirá no momento da celebração do contrato de compra e venda. (B) o IPVA incidirá no momento em que o veículo automotor for liberado pelas autoridades estrangeiras para a exportação. (C) o IPVA incidirá no momento em que o veículo automotor estiver aportado em porto nacional. (D) não há incidência do IPVA porque a importação foi realizada por pessoa física. (E) o IPVA incidirá no momento em que houver o desembaraço aduaneiro do veículo automotor.	52. Rafael Moreno, espanhol, faleceu na França, deixando bens imóveis nas cidades de Madri (Espanha), Paris (França) e, no Brasil, nas cidades de Aracaju e São Paulo. Seu inventário, relativamente aos bens deixados no Brasil, é de competência (A) relativa da justiça brasileira, sendo esta concorrente entre os foros a que pertencem os Municípios de Aracaju e São Paulo. (B) absoluta da justiça brasileira, sendo esta concorrente entre os foros a que pertencem os Municípios de Aracaju e São Paulo. (C) relativa da justiça brasileira, devendo o inventário processar-se no Distrito Federal. (D) absoluta da justiça francesa, pois, face a concorrência de competência internacional, prevalece aquela do país do falecimento do autor da herança. (E) absoluta da justiça espanhola, tendo em vista ter sido em Madri o último domicílio declarado do autor da herança.

53. Prescrevendo a lei determinada forma, sem cominação de nulidade, o ato processual será (A) válido somente se ratificado pelas partes em manifestação expressa. (B) sempre ineficaz em razão do princípio da formalidade dos atos processuais. (C) anulável, desde que a anulação seja requerida pelo Ministério Público. (D) anulável, porque quando a lei nada dispõe acerca das consequências do ato praticado contra suas determinações a nulidade será sempre relativa. (E) válido mesmo se realizado de outro modo, quando alcançar sua finalidade.	58. Cabem embargos infringentes contra acórdão que, por (A) unanimidade, deu provimento a apelação reformando a sentença. (B) maioria de votos, deu provimento a agravo de instrumento. (C) maioria de votos, deu provimento a agravo retido reiterado em apelação, reconhecendo-se a prescrição. (D) maioria de votos, negou provimento a apelação. (E) maioria de votos, julgou improcedente ação rescisória.
54. Os prazos processuais, para a (i) Fazenda Pública e para os (ii) litisconsortes, respectivamente, serão (A) (i) em dobro para recorrer e (ii) em triplo para contestar quando forem três litisconsortes. (B) (i) em dobro para oferecer contra-razões de recurso e (ii) em dobro para falar nos autos quando os litisconsortes tiverem advogados distintos. (C) (i) em quádruplo para recorrer e (ii) em dobro para falar nos autos quando os litisconsortes tiverem advogados distintos. (D) (i) em quádruplo para contestar e (ii) em dobro para falar nos autos quando os litisconsortes tiverem advogados distintos. (E) (i) em dobro para recorrer e (ii) em quádruplo para contestar quando os litisconsortes tiverem advogados distintos.	59. Relativamente ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar: (A) O direito líquido e certo é aquele manifesto em sua existência e que pode ser demonstrado documentalmente. (B) Trata-se de ação civil ainda quando impetrado contra ato de juiz criminal, aplicando-se, mesmo que subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil. (C) É ação de cognição sumária. (D) O sujeito passivo é a pessoa jurídica de direito público ao qual está vinculada a autoridade coatora. (E) Contra acórdão que julga a impetração originariamente, denegando a ordem, somente cabe Recurso Extraordinário.
55. A competência determinada pela localização do imóvel, nas ações fundadas em direito real, será (A) absoluta, se o litígio recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova. (B) relativa, sempre concorrente entre o foro do local do imóvel e o do domicílio do réu. (C) absoluta, porém sempre poderão ser ajuizadas no foro de eleição contratado. (D) sempre relativa, mas não admite eleição de foro no contrato. (E) concorrente entre o foro do local do imóvel e o do domicílio do autor.	60. Nas ações possessórias, (A) é possível o réu formular pedido em face do autor, na contestação, por se tratar de ações dúplices. (B) a sentença de procedência, transitada em julgado, sempre precisará ser executada para permitir a efetivação da posse. (C) não se aplica o princípio da fungibilidade entre as ações. (D) para concessão de liminar é preciso que ação tenha sido proposta após ano e dia do esbulho. (E) é proibida a cumulação do pedido possessório com perdas e danos.
56. A sentença não poderá condenar o vencido, quando não houver pedido expresso da parte, em relação (A) aos juros moratórios. (B) aos honorários advocatícios. (C) à atualização monetária. (D) às despesas processuais. (E) aos juros convencionais.	61. No procedimento de jurisdição voluntária, (A) cabe aos interessados provar suas alegações, não sendo lícito ao juiz ordenar a produção de provas de ofício. (B) não há lide e o juiz não está vinculado à estrita legalidade para decidir. (C) são processados os pedidos de emancipação e de demarcação e divisão de terras particulares. (D) há verdadeiro processo, onde se verifica lide, uma vez que consubstanciado em ato emanado pelo Poder Judiciário. (E) não há possibilidade de sua provocação pelo Ministério Público, devendo este órgão, bem como a Fazenda Pública participar nos casos previstos em lei.
57. Na execução fiscal, o prazo para oposição de embargos é de (A) dez (10) dias, contado da juntada do mandado de penhora cumprido. (B) trinta (30) dias, contado da intimação da penhora. (C) quinze (15) dias, contado da citação. (D) cinco (05) dias, contado da citação. (E) sessenta (60) dias se houver mais de um executado com advogados diferentes, contando da juntada do mandado de penhora cumprido.	

62. São considerados pressupostos de existência do processo: (A) petição inicial, citação, capacidade e interesse processual. (B) petição inicial apta, competência do juízo e citação. (C) jurisdição, citação e legitimidade processual. (D) petição inicial, jurisdição, capacidade postulatória e citação. (E) petição inicial apta, citação válida e imparcialidade do juiz.	DIREITO CIVIL, COMERCIAL E CONSUMIDOR 66. O Código Civil dispõe que "as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários" (art. 219) e o Código de Processo Civil estabelece que é título executivo extrajudicial "o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas" (art. 585, II), entretanto o artigo 2043 do Código Civil ressalva: <i>"Até que por outra forma se disciplinem, continuam em vigor as disposições de natureza processual, administrativa ou penal, constantes de leis cujos preceitos de natureza civil hajam sido incorporados a este Código."</i> Diante dos mencionados textos legais, pode-se dizer que uma confissão de dívida firmada após a vigência do Código Civil de 2002, sem a assinatura de duas testemunhas é (A) anulável por erro de direito cometido pelo devedor. (B) nula, porque contraria o Código de Processo Civil, cujas disposições se inserem no Direito Público. (C) válida, mas não tem força executiva. (D) ineficaz, porque inexigível judicialmente. (E) inexistente, por não atender requisito imposto na legislação extravagante.
63. Sobre a petição inicial no processo de conhecimento, é INCORRETO afirmar: (A) será indeferida de plano, se o juiz verificar a ocorrência da decadência. (B) será considerada inepta quando lhe faltar causa de pedir, devendo o juiz determinar sua emenda no prazo de 10 (dez) dias. (C) quando indeferida, poderá o autor apelar, devendo o réu ser cientificado para acompanhamento do julgamento pelo tribunal. (D) contra a decisão que indeferi-la, caberá apelação, facultada a retratação pelo juiz em 48 horas, devendo os autos ser remetidos ao tribunal imediatamente em caso de manutenção da decisão. (E) será indeferida se, instado, o advogado não declarar, em 48 horas, o endereço em que receberá as intimações.	67. Falecendo o associado de uma entidade de fins esportivos, cujo patrimônio tenha sido constituído também com recursos do finado, que, por isto, é titular de quota patrimonial, e nada dispondo a respeito o estatuto da associação, seus herdeiros (A) não passarão à qualidade de associado, mas poderão herdar sua quota parte do patrimônio. (B) serão automaticamente admitidos como associados, perdendo a sua quota do patrimônio para a associação. (C) serão automaticamente admitidos como associados e perderão sua quota do patrimônio para os demais associados. (D) não passarão à qualidade de associado e os bens que compunham a quota parte do falecido serão destinados ao Município onde se situarem. (E) serão admitidos como associados e os bens que compunham a quota parte do falecido serão alienados em leilão, podendo os herdeiros exercer o direito de preferência.
64. A respeito das ações de desapropriação por utilidade pública é correto dizer que (A) afirmada a urgência, poderá ser concedida liminar de imissão na posse. (B) os bens expropriados poderão ser reivindicados pelo expropriado em casos de nulidade do processo de desapropriação. (C) a ocupação do prédio expropriado só é possível mediante o pagamento total da indenização, avaliada por perícia judicial. (D) o depósito prévio do preço fixado pelo juiz da causa, caracteriza-se como caução para garantia das ações executivas da desapropriação. (E) a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação deve ser realizada sempre por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.	68. Os irmãos José e Pedro receberam por doação de seus pais um terreno loteado com área de 210 m². Pretendendo cada qual construir uma residência no terreno, firmaram escritura pública de divisão, onde ficou localizada a parte de cada um, com 105 m², sendo levada ao Serviço de Registro de Imóveis, mas o registro foi negado, porque a Lei 6.766/79 (art. 4^a, II) exige área mínima de 125 m². A negativa de registro foi (A) arbitrária, porque a escritura tem fé pública e só poderá ser recusada por ordem judicial. (B) incorreta, porque o Serviço de Registro de Imóveis não pode interferir na autonomia privada. (C) correta, pois a divisão, no caso, só poderia ocorrer com a anuência dos doadores. (D) incorreta, porque o terreno doado comporta divisão geodésica. (E) correta, porque o terreno doado é indivisível.
65. Sobre a ação popular, é INCORRETO afirmar: (A) a sentença terá efeitos <i>erga omnes</i>, exceto a que julgar improcedente o pedido por insuficiência de provas. (B) qualquer cidadão está legitimado a propor a ação popular. (C) os integrantes do ato impugnado são litisconsortes necessários e o prazo para contestar será comum de 20 dias, podendo ser prorrogáveis por mais 20 dias. (D) a sentença de procedência do pedido está sujeita ao duplo grau de jurisdição e só produzirá efeitos se confirmada pelo tribunal. (E) a propositura da ação popular previne a competência do juízo para todas as ações posteriores que tiverem os mesmos fundamentos.	

69. O servidor público federal Pedro adquiriu em 05/01/2005, registrando imediatamente a escritura no Serviço de Registro de Imóveis, um imóvel rural denominado Fazenda Água do Bugre, com duzentos (200) hectares, sendo a aquisição <i>ad corpus</i>, pelo preço de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Precisando de recursos para explorar a fazenda, prometeu vender ao vizinho João vinte (20) hectares, recebendo, à vista, R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no dia 22/01/2005. Pedro foi mandado para a França a serviço da União, no dia 25/01/2005, deixando um administrador de seus negócios o qual, um mês depois, comunicou a Pedro que, em medição da área, verificou existirem apenas cento e cinquenta (150) hectares e que o cheque dado em pagamento por João não fora compensado por falta de fundos. Neste caso, quanto aos prazos para Pedro pedir o abatimento do preço do imóvel que adquiriu e para executar o cheque recebido de João, é correto afirmar: (A) estão suspensos ambos os prazos. (B) está suspenso o prazo para a execução do cheque, mas não está o prazo para pedir o abatimento do preço do imóvel. (C) foram interrompidos ambos os prazos. (D) o prazo para a execução do cheque foi interrompido e o prazo para pedir o abatimento do preço do imóvel está suspenso. (E) não ocorre nenhuma hipótese de suspensão ou interrupção de prazo.	72. É de boa-fé a posse (A) somente se autorizada expressamente pelo proprietário ou pelo titular do domínio útil. (B) se o possuidor ignorar o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa. (C) apenas quando o possuidor ostentar título de domínio. (D) depois de decorrido prazo para aquisição da propriedade por usucapião ordinária. (E) se, entre presentes, for tolerada pelo proprietário ou pelo titular de domínio útil.
70. Considere as afirmações abaixo, a respeito do pagamento. I. Salvo convenção das partes, ou se o contrário resultar de lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, efetuar-se-á no domicílio do credor. II. O terceiro não interessado que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor. III. Os requisitos legais da quitação poderão ser supridos se dos termos do documento firmado ou das circunstâncias resultar haver sido a dívida paga. IV. O fiador não pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado. V. A sub-rogação opera-se de pleno direito quando terceiro interessado paga a dívida pela qual podia ser obrigado. Estão corretas as afirmações (A) I, II e III. (B) I, III e IV. (C) I, IV e V. (D) II, III e V. (E) II, IV e V.	73. Pessoa jurídica de direito privado com estabelecimento na cidade de Aracaju, onde se reúne a diretoria, e possuindo outros estabelecimentos em municípios de diversos Estados e em Brasília, tem por domicílio (A) cada um dos estabelecimentos para os atos nele praticados. (B) necessária e exclusivamente a cidade de Aracaju. (C) a cidade de Brasília, por ser a Capital Federal. (D) cada uma das capitais dos Estados, em cujos Municípios possuir estabelecimentos. (E) qualquer cidade do País onde tiver realizado negócios. 74. A desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade empresária poderá dar-se (A) só a requerimento do Ministério Público, quando verificada a ocorrência de crime de sonegação fiscal. (B) por decisão judicial ou ato administrativo, quando verificada infração da lei, com prejuízo à Fazenda Pública. (C) por decisão judicial, tomada de ofício ou a requerimento da parte, quando se verificar desvio de finalidade. (D) por decisão judicial, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir, em caso de confusão patrimonial. (E) por decisão judicial, tomada de ofício ou a requerimento da parte, sempre que a sociedade não tiver bens para honrar suas obrigações.
71. Constitui ato ilícito aquele praticado (A) em estado de necessidade. (B) em legítima defesa de outrem. (C) com abuso de direito. (D) no exercício regular de um direito reconhecido, salvo com autorização judicial. (E) com reserva mental.	75. Considere as seguintes afirmações, a respeito das sociedades limitadas: I. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas e todos respondem conjuntamente pela integralização do capital social. II. O contrato social poderá prever a aplicação supletiva das normas pertinentes à sociedade anônima. III. Não integralizada a quota de sócio remisso, constituído em mora, poderá a maioria dos demais sócios promover-lhe a exclusão. IV. O sócio que, para integralizar o capital, fizer conferência de bens, responde pela evicção. V. O sócio que, para integralizar o capital, transferir crédito, responde pela existência do crédito, mas não pela solvência do devedor. Estão corretas as afirmações (A) I, II e III. (B) I, IV e V. (C) II, III e IV. (D) II, III e V. (E) III, IV e V.

76. A pessoa jurídica de direito público interno que em seu laboratório produz medicamentos, nesta atividade (A) não responde por vício ou defeito do produto, porque o serviço de saúde é considerado público e a responsabilidade civil será regulada apenas pela Constituição Federal. (B) não pode ser considerada fornecedora, porque o adquirente dos medicamentos é mero usuário. (C) é considerada consumidora dos insumos utilizados na produção dos medicamentos. (D) não poderá ser considerada fornecedora nem consumidora, porque é vedada a presença do Estado no mercado de consumo. (E) é fornecedora e sujeita-se ao Código de Defesa do Consumidor.	79. Dois médicos constituíram uma sociedade, sob a forma limitada, para exercício conjunto da profissão em caráter não empresarial, e registraram-na na Junta Comercial. A sociedade (A) não adquiriu personalidade jurídica, porque o registro é irregular, e os sócios são pessoalmente responsáveis pelas dívidas sociais. (B) automaticamente torna-se empresária pelo registro na Junta Comercial, independentemente do caráter do exercício da atividade. (C) não poderia ter adotado a forma limitada, que é privativa das sociedades empresárias. (D) rege-se somente pelas regras relativas à sociedade simples, mesmo tendo adotado a forma limitada. (E) é na verdade empresária, pois toda sociedade prestadora de serviços tem essa natureza.
77. As sociedades integrantes de grupos societários e as sociedades controladas são (A) solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor. (B) subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor. (C) conjuntamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor. (D) solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor, somente se a cláusula de solidariedade constar do contrato firmado com o consumidor. (E) subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor, desde que verificado o dolo do representante de uma delas.	80. Fidípides adquiriu, das Lojas Meirelles S.A., uma câmera de vídeo importada. Passados 80 (oitenta) dias da compra, Fidípides percebeu que um dos recursos do equipamento, destinado à gravação de cenas noturnas, não estava funcionando a contento, e notificou a vendedora a respeito do assunto. Após 20 (vinte) dias da notificação, a vendedora respondeu a Fidípides que não corrigiria o problema, pois o responsável pelos vícios de fabricação seria o importador. Na hipótese em questão, o direito de Fidípides de pleitear o ressarcimento cabível (A) já decaiu, pois a notificação à vendedora deveria ter sido feita em 30 (trinta) dias. (B) já decaiu, pois a pretensão judicial deveria ser exercida no prazo máximo de 90 (noventa) dias. (C) não decaiu e pode ser exercido contra o importador e a revendedora, indistintamente. (D) já decaiu, pois o importador deveria ter sido notificado no prazo máximo de 90 (noventa) dias. (E) não decaiu e pode ser exercido contra a revendedora, somente.
78. Alberto, Bernardo e Carlos são sócios da ABC Ltda., sociedade empresária regularmente constituída na vigência do novo Código Civil (Lei nº 10.406/02). Cada sócio detém 1/3 (um terço) do capital social e a administração social compete exclusivamente a Carlos. Alberto e Bernardo descobriram que Carlos desviou vultosa quantia do patrimônio social, em proveito próprio, e desejam responsabilizá-lo civilmente pelo ocorrido. O contrato social prevê a aplicação subsidiária das normas relativas às sociedades anônimas e é omissa quanto à forma de deliberação dos sócios e quanto à responsabilização dos administradores. Nesse caso, (A) Carlos não poderá ser responsabilizado civilmente pelos danos causados à sociedade. (B) a responsabilização de Carlos será discutida judicialmente, em ação de ressarcimento movida por Alberto e Bernardo, em nome próprio. (C) a responsabilização de Carlos será discutida judicialmente em ação de ressarcimento movida pela sociedade, sendo irrelevante a prévia deliberação dos sócios. (D) a responsabilização de Carlos depende de prévia deliberação da assembléia de sócios, como condição para a propositura da ação. (E) a responsabilização de Carlos depende de prévia deliberação da reunião de sócios, como condição para a propositura da ação.	81. Clodoaldo adquiriu um veículo de passeio da marca "ABC Motors", produzido pela fábrica homônima. Passados alguns meses da compra, a fabricante decidiu oferecer a substituição do sistema de freios de seus veículos, pois desenvolveu tecnologia mais confiável, embora o sistema anterior não compromettesse a segurança dos consumidores. A ABC Motors cobrava uma pequena taxa para a substituição, mas Clodoaldo entendia que esta deveria ser gratuita. Clodoaldo está (A) certo, porque a fabricante é responsável pelos produtos defeituosos que põe em circulação no mercado. (B) certo, porque é direito básico do consumidor a proteção de sua segurança, contra os riscos provocados por produtos perigosos. (C) certo, porque o consumidor tem em seu favor a inversão do ônus da prova, sempre que necessária para a facilitação da defesa de seus direitos. (D) errado, porque o fabricante não é responsável pelos produtos defeituosos, recai a responsabilidade primariamente sobre o comerciante. (E) errado, porque o produto não se torna defeituoso se outro de melhor qualidade for lançado no mercado.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO	
82. Das alternativas abaixo, qual apresenta apenas empregados que detêm garantias temporárias de emprego, devidamente enumeradas na legislação em vigor? (A) Auxiliar financeiro em sociedade cooperativa criada por empregados; diretor de sociedade cooperativa criada por empregados; empregada gestante; empregado acidentado no trabalho. (B) Empregado adoentado; empregado aprendiz; empregado eleito para cargo de direção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; empregado em idade de prestação de serviço militar. (C) Auxiliar financeiro em sociedade cooperativa criada por empregados; empregada gestante; empregado adoentado; empregado eleito para cargo de direção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. (D) Diretor de sociedade cooperativa criada por empregados; empregado acidentado no trabalho; empregado aprendiz; empregado em idade de prestação de serviço militar. (E) Auxiliar financeiro em sociedade cooperativa criada por empregados; empregada gestante; empregado aprendiz; empregado em idade de prestação de serviço militar.	85. A Lei nº 7.783/89, dispõe acerca do exercício do direito de greve, define as atividades essenciais e regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, aplica-se a todos os servidores públicos? (A) Não. Aplica-se somente aos servidores públicos autárquicos e fundacionais. (B) Sim. Aplica-se a todos os servidores públicos. (C) Não. Aplica-se somente aos servidores das empresas públicas e das sociedades de economia mista. (D) Não. Aplica-se somente aos servidores públicos da administração direta em regime único (estatutários e “celetistas”). (E) Não. Aplica-se somente aos servidores públicos autárquicos e aos da sociedade de economia mista.
83. Em caso de extinção de empresa ou de estabelecimento, os contratos de trabalho por prazo indeterminado devem ser (A) mantidos por período determinado. (B) cessados sem justa causa, com o pagamento das verbas rescisórias devidas. (C) mantidos por período indeterminado. (D) cessados por justa causa, com o pagamento das verbas rescisórias devidas. (E) cessados sem pagamento de quaisquer verbas rescisórias.	86. O Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de Recurso Ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, é cabível quando a decisão proferida apontar violação literal à lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal; ou (A) der interpretação divergente ao mesmo dispositivo de Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão recorrida. (B) der interpretação divergente ao mesmo dispositivo de lei municipal em área territorial que não exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão recorrida. (C) não der interpretação divergente ao mesmo dispositivo de lei estadual em área territorial que não exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão recorrida. (D) não der interpretação diversa ao mesmo dispositivo de lei federal da que lhe houver dado somente o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho. (E) não der interpretação divergente ao regulamento da empresa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho ou Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
84. Assinale a alternativa correta que abrange uma terceirização lícita, nos termos da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. (A) Atividades de conservação e limpeza; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83; serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74. (B) Atividades de conservação e limpeza; atividades de profissionais vigias; atividades de segurança patrimonial desarmada; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83. (C) Atividades de segurança patrimonial desarmada; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83; serviços especializados ligados à atividade-fim do tomador; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74. (D) Atividades de conservação e limpeza; atividades de profissionais vigias; atividades de segurança patrimonial desarmada; serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74. (E) Atividades de profissionais vigias; atividades de segurança patrimonial desarmada; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74.	87. O procedimento sumaríssimo é aplicável (A) apenas aos dissídios coletivos, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, inclusive nas demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional. (B) aos dissídios individuais, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, inclusive nas demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional. (C) aos dissídios individuais e coletivos, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação. (D) aos dissídios individuais e coletivos, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, inclusive nas demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional. (E) aos dissídios individuais, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

88. Um empregado dirigente sindical, com contrato de trabalho celebrado por prazo indeterminado, tem referido acordo laboral suspenso por mau procedimento. Qual o prazo para o ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave? Tal prazo é de prescrição ou é de decadência?
- (A) O prazo prescricional necessário ao ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave é de trinta dias.
- (B) O prazo decadencial necessário ao ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave é de trinta dias.
- (C) O prazo decadencial necessário ao ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave é de noventa dias, período máximo aplicável ao contrato de experiência.
- (D) O prazo prescricional necessário ao ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave é de noventa dias, período máximo aplicável ao contrato de experiência.
- (E) O prazo prescricional/decadencial necessário ao ajuizamento do inquérito para apuração da falta grave é de noventa dias, período máximo aplicável ao contrato de experiência.

DIREITO FINANCEIRO

89. Considere as afirmações abaixo, relacionadas às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.
- I. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia financeira deve atender a pelo menos uma de duas condições. Uma delas é a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
- II. Considera-se renúncia fiscal condicionada aos requisitos da lei o cancelamento de débito, ainda que de valor inferior aos respectivos custos de cobrança.
- III. A despesa total dos Estados com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 50% da receita corrente líquida, não sendo computadas para a verificação do atendimento desse limite, entre outras, as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- IV. Sempre que necessário, a despesa corrente será financiada mediante a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.
- V. Dentre as restrições previstas na lei para a hipótese de a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite está o impedimento de receber transferências voluntárias da União ou do Estado, enquanto perdurar o excesso, depois de vencido o prazo para retorno da dívida ao limite.

Estão corretas as afirmações

- (A) I, II, e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

90. Quanto à despesa obrigatória de caráter continuado, é INCORRETO afirmar:
- (A) A despesa obrigatória de caráter continuado somente poderá ser executada após a comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais integrante do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e de que seus efeitos financeiros serão compensados nos períodos seguintes pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
- (B) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- (C) Considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, aplicação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (D) A prorrogação de uma despesa criada por prazo determinado é considerada aumento de despesa.
- (E) O ato legislativo que determinar o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado deverá demonstrar a origem dos recursos para seu custeio e deverá ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

91. Quanto às definições formuladas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é correto afirmar:
- (A) Esta lei define como “tributo” toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (B) São entendidas como “receitas de capital” as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (C) As “Despesas de Custeio” são as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- (D) As “subvenções” são as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, classificando-se como sociais quando destinadas a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e como econômicas quando se destinam a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (E) São classificadas como “Inversões Financeiras” as dotações destinadas para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinados à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

92. Considere as seguintes afirmações: I. Cabe à lei complementar dispor sobre o acompanhamento, pelos Estados e pelo Distrito Federal, do cálculo das quotas e da liberação de sua participação no produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem. II. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos. III. A União e os Estados podem condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias. IV. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem. Quanto à repartição das receitas tributárias estabelecida pela Constituição Federal de 1988, estão corretas (A) I, II e III, apenas. (B) I, II e IV, apenas. (C) I, III e IV, apenas. (D) II, III e IV, apenas. (E) I, II, III e IV.	95. A chamada participação de menor importância constitui (A) circunstância atenuante. (B) causa de exclusão da tipicidade. (C) causa suprallegal de exclusão da ilicitude. (D) causa geral de diminuição da pena. (E) causa legal de exclusão da culpabilidade. 96. A prescrição (A) admite a interrupção, mas não a suspensão do respectivo prazo. (B) exclui o dia de início na contagem do prazo. (C) é calculada pelo total da pena no caso de concurso de crimes. (D) é calculada pelo máximo da pena cominada no caso de prescrição da pretensão executória. (E) não é interrompida pela sentença absolutória recorrível. 97. O funcionário que patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade, comete o crime de (A) advocacia administrativa. (B) exploração de prestígio. (C) concussão. (D) condescendência criminosa. (E) tráfico de influência.
93. Quanto às disposições constitucionais sobre os orçamentos, é INCORRETO afirmar: (A) Somente o atendimento a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, justifica a abertura de crédito extraordinário, mediante a adoção de medida provisória. (B) A lei orçamentária anual compreende, entre outros, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto. (C) Implica crime de responsabilidade a ausência de prévia inclusão, no plano plurianual, de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro. (D) São vedadas a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo, pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (E) Cabe à lei complementar dispor sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.	98. Tendo em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, é possível afirmar que NÃO constitui nulidade (A) a realização de audiência sem a presença de defensor, se intimado para o ato o advogado constituído ou dativo. (B) a incompetência territorial do juízo, se não argüida na defesa prévia. (C) a não apreciação, pela sentença, de tese relevante suscitada em alegações finais. (D) a não concessão de prazo para apresentação de defesa prévia. (E) a não intimação da sentença. 99. Cabe <i>habeas corpus</i> para trancamento de inquérito policial se (A) não garantida a ampla defesa. (B) não obedecido o contraditório. (C) o fato investigado for atípico. (D) não obedecido o rito legal. (E) verificada nulidade absoluta.
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL 94. Crimes materiais são aqueles (A) que se consumam antecipadamente, sem dependência de ocorrer ou não o resultado desejado pelo agente. (B) em que a lei só descreve a conduta do agente, não aludindo a qualquer resultado. (C) em que a lei descreve a conduta do agente e o seu resultado. (D) em que o agente, por deixar de fazer o que estava obrigado, produz o resultado. (E) em que a lei não descreve a conduta do agente.	100. A perda do direito de representar ou de oferecer queixa, em razão do decurso do prazo fixado para o seu exercício, e o de continuar a movimentar a ação penal privada, causada pela inércia processual do querelante, configuram, respectivamente, (A) prescrição e perempção. (B) perempção e decadência. (C) prescrição e decadência. (D) decadência e perempção. (E) decadência e prescrição.